



# Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 3132/17  
PLL Nº 360/17

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 147 /18 – CCJ

**Denomina Rua Oibercy Cardoso Bernardes o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Seis – Loteamento Alzira Rosa –, localizado no Bairro Mário Quintana.**

Vem a esta Comissão, para parecer, nos termos do art. 56, inc. IX, e do art. 58, inc. VI do § 2º e § 3º, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre – LOMPA –, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Mauro Zacher.

A Procuradoria desta Casa, em Parecer Prévio, fls. 8 e 9, não apontou óbice de natureza jurídica à tramitação da matéria, não obstante ter feito algumas ressalvas, especialmente no que concerne a necessidade da manifestação favorável da comunidade por se tratar de logradouro não cadastrado, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 320/94.

Em razão disso, o vereador autor da proposição juntou ao processo um abaixo-assinado dos moradores do logradouro, cumprindo o requisito legal supracitado.

É o relatório, sucinto.

Inicialmente, cumpre frisar que o PLL apresentado deve ser examinado pela CCJ, por força do artigo 36, inciso I, alínea “a”, do Regimento da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre.

A presente proposição encontra guarida, sob seu aspecto formal, no artigo 101, Regimento desta Casa e na Lei Complementar nº 95/1998 e suas respectivas alterações.

*In casu*, o Projeto de Lei encontra guarida no artigo 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, e no art. 9º, inciso II, da LOMPA<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Constituição Federal:  
Art. 30. Compete aos Municípios:



PARECER Nº 145 /18 – CCJ

Cabe registrar, que além dos dispositivos supracitados a proposição também encontra supedâneo no artigo 56, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

“**Art. 56** – Os assuntos de competência do Município sobre os quais cabe à Câmara Municipal dispor, com a sanção do Prefeito, são, especialmente:

[...];

**IX– denominação de próprios municipais, vias, logradouros e equipamentos públicos, observado o disposto no inc. VI do §2º e no §3º do art. 58 desta Lei Orgânica”.**\_(Grifei).

Ademais, entendo que a proposição preenche os requisitos estatuídos pela Lei Complementar nº 320/94, e alterações posteriores, para a sua tramitação, mesmo com a ressalva realizada pelo Procurador desta Casa Legislativa, visto que a regra sobre a observância de percentuais mínimo e máximo para a denominação de logradouro para cada sexo, quando esta recair sobre nome de pessoa é iníqua e carece de regulamentação, especialmente se o dispositivo trata de número absoluto de projetos ou se há critério temporal para tanto.

Nesse sentido, por ser dúbia a norma e em atenção à relevância da denominação de logradouros, entendo que este requisito não deve obstar o prosseguimento da proposição.

Quanto a proibição do seu art. 4º, deve ser lembrado que tanto a Diretoria Legislativa, quanto a Biblioteca da Câmara fazem tal pesquisa tão logo o projeto que versa sobre a denominação de logradouros, ou seja, se há duplicidade na denominação de equipamentos públicos, os referidos órgãos já indicam a prejudicialidade de plano para a tramitação do projeto de lei.

Quanto a manifestação da comunidade por se tratar de logradouro não cadastrado, esta, como dito antes, restou suprida com a juntada, às fls. 10 e 11, de abaixo-assinado dos moradores da rua objeto da Proposição.

---

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...)VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

<sup>2</sup> Lei Orgânica Municipal:

Art. 9º – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia: (...) II – prover a tudo quanto concerne ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, promovendo o bem-estar de seus habitantes;



# Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 3132/17

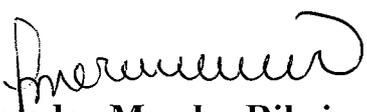
PLL Nº 360/17

Fl. 3

PARECER Nº 145 /18 – CCJ

Diante do acima exposto, examinado os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto Parecer pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 2 de julho de 2018.

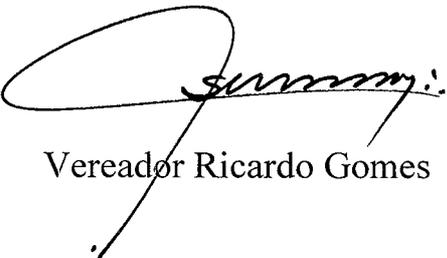
  
Vereador Mendes Ribeiro,  
Vice-Presidente e Relator.

Aprovado pela Comissão em 3. 7. 18

  
Vereador Dr. Thiago – Presidente

  
Vereador Marcio Bins Ely

  
Vereador Adeli Sell

  
Vereador Ricardo Gomes

  
Vereador Cláudio Janta

Vereador Rodrigo Maroni